

*16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 27.04.2012

3.2. - 21.05.2012

3.3. - 31.05.2012

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – PRÉ-ESCOLAR

. Serviço de Apoio à Família

. Transportes Escolares

- Participação Familiar 2012/2013

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO

- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 6. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. CONSTRUÇÃO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO

- Homologação do Auto de Recepção Provisória

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

Ponto 7. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. APOIO AO DESPORTO

- Proposta //2012

Ponto 8. ACÇÃO SOCIAL

. CASA DA CRIANÇA /EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

- Regulamento // Anexos

8.1. Anexo 1 - Comparticipação Familiar – Ano Lectivo 2012/2013

8.2. Anexo 2 - Serviço de Transporte – Ano Lectivo 2012/2013

Ponto 9. ACÇÃO SOCIAL

. Casa da Criança - Valência Creche

. Protocolo//Anexos - Ano Lectivo 2012/2013

9.1. Anexo 1 - Recursos Humanos

9.2. Anexo 2 - Transporte de Crianças

Ponto 10. ACÇÃO SOCIAL

. Casa da Criança - Educação Pré-Escolar

. Protocolo//Anexos - Ano Lectivo 2012/2013

10.1. Anexo 1 - Recursos Humanos

10.2. Anexo 2 - Transporte de Crianças

10.3. Anexo 3 - Comparticipação Familiar

10.4. Anexo 4 - Comparticipação (Refeições + Prolongamento de Horário)

(Transferências do Ministério da Educação)

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

Ponto 11. ACÇÃO SOCIAL

- . LAR-ANÇOS – Apoio à Terceira Idade, Lda
- Lugar de Estacionamento

Ponto 12. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE
- . REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONST./REP./AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
- . Requalificação do Bar Finisterra
- Adjudicação

Ponto 14. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
- . Zona Adjacente à Extensão de Saúde de Samuel
- Adjudicação

Ponto 15. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS

- . FESTAS DE S. MATEUS E FATACIS // 2012
- Organização

Ponto 16. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS

- . FESTAS DE S. MATEUS E FATACIS // 2012
- . Ornamentação da Vila de Soure
- Escolha de Procedimento Prévio

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

Ponto 17. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2012

- Apreciação de Propostas de Alteração - 7.ª/7.ª - .

Ponto 18. ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

- Hasta Pública

18.1. Antiga Escola do 1.º CEB de Cotas

18.2. “ “ “ “ “ “ Malhadas

Ponto 19. DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)

. Contrato de Empréstimo no Âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)

- Aferição Anual de Objectivos Contratuais

Ponto 20. REDE DE GÁS NATURAL

- Execução de Ramais Domiciliários

Ponto 21. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL POR FACTOS ILÍCITOS

. Reclamação

Ponto 22. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

22.1. Reorganização dos Serviços de Saúde

22.2. Relatório de Avaliação das Fundações

22.3. Lei N.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, Decreto-Lei N.º 127/2012, de 21 de Junho,
Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso

- Inconstitucionalidade

Ponto 23. Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

A Câmara Municipal, no âmbito da sua política de proximidade, como é habitual, fez-se representar nas múltiplas e diversas iniciativas, nos mais diversos domínios, que ocorreram no Concelho durante a última semana.

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 27.04.2012

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos.----

3.2. - 21.05.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

3.3. - 31.05.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR

- . Serviço de Apoio à Família
- . Transportes Escolares
- Participação Familiar 2012/2013

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

ASSUNTO: EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR

Ordem da Reunião

1. Abertura

- PARTICIPAÇÃO FAMILIAR 2012/2013

A Câmara Municipal de Soure tem vindo a prestar, gratuitamente, o Serviço de Transporte, às crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar, apesar deste nível de ensino não estar abrangido pela escolaridade obrigatória.

Este serviço tem sido efectuado directamente pela Autarquia e também têm sido celebrados Protocolos, com as Juntas de Freguesia e outras Instituições do Concelho, as quais têm sido parceiras no apoio à prestação daqueles serviços.

De acordo com a informação jurídica que se anexa, a Câmara Municipal de Soure poderá fixar uma tarifa mensal relativa ao Serviço de Transporte que passará a ser participado pelos Pais/Encarregados de Educação das Crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar da Rede Pública.

Ainda assim, num quadro de consciência social, considera-se que deverão ser definidas Tarifas, de acordo com os seguintes critérios:

- Adoptar quatro Escalões, em função de circuitos, de acordo com o número de km percorridos Residência/Escola/Residência;
- Fixar uma Tarifa Mensal para cada Escalão;
- Reduzir o valor da Tarifa Mensal:
 - . Isentar as Crianças integradas no Escalão 1 do Abono de Família;
 - . 50% às Crianças integradas no Escalão 2 do Abono de Família.

Para o **Ano Lectivo 2012/2013**, de acordo com o levantamento concelhio das necessidades das famílias, verifica-se a necessidade da prestação deste Serviço na quase totalidade dos Jardins de Infância, a partir do dia 17 de Setembro de 2012.

Assim, **propõe-se**, nos termos da informação jurídica que junto se anexa, e sempre que estejam reunidas as condições para a prestação do Serviço de Transporte, **que:**

- **A Câmara Municipal aprove a Tabela apresentada em anexo, relativa à utilização do Transporte pelas Crianças que irão frequentar a EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR da Rede Pública, no Ano Lectivo 2012/2013.**

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
24.08.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***



Serviço de Transporte - Ano Lectivo 2012/2013

1. O cálculo da Tarifa Mensal do Serviço de Transporte é determinado com base em quatro Escalões, de acordo com os seguintes Circuitos:

ESCALÃO	CIRCUITO (RESIDÊNCIA/ESCOLA/RESIDÊNCIA)	TARIFA MENSAL	INDEXANTE
A	Até 4km	4,50 €	4,94 €
B	De 5km a 8km	9,00 €	9,89 €
C	De 9km a 12km	13,50 €	14,83 €
D	De 13km a 16km	18,00 €	19,77 €

2. As crianças, integradas no **Escalão 1 do Abono de Família**, ficam isentas do pagamento da presente Tarifa Mensal.
3. As crianças, integradas no **Escalão 2 do Abono de Família**, pagam **50%** da presente Tarifa Mensal.
4. As crianças, **a partir do Escalão 3 do Abono de Família**, pagam **integralmente** a presente Tarifa Mensal.

Tabela aprovada pela Câmara Municipal, em Reunião de __/__/____.

e

**Assunto: EDUCAÇÃO - PRÉ-ESCOLAR
SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA**

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

- **TRANSPORTES ESCOLARES**
 - **Comparticipação Familiar 2012/2013**

A Câmara Municipal de Soure tem vindo a apostar na criação de condições para a prestação do Serviço de Apoio à Família, designadamente, no que toca ao Fornecimento de Almoços, Complemento de Horário e Transportes Escolares tendo em conta o levantamento concelhio, efectuado anualmente, relativo às necessidades das famílias das crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar.

Designadamente, no que toca aos **Transportes Escolares**, a Câmara Municipal de Soure tem vindo a prestar **gratuitamente** este Serviço, apesar da Educação Pré-Escolar não estar abrangida pela Escolaridade Obrigatória.

Para o efeito, a Autarquia tem efectuado directamente o Transporte Escolar e tem também celebrado Protocolos com as Juntas de Freguesia e com outras Instituições do Concelho, as quais têm sido parceiras no apoio à prestação daquele serviço.

Sobre esta matéria, somos de parecer, salvo melhor entendimento que, não estando a Educação Pré-Escolar abrangida pela Escolaridade Obrigatória, o **Serviço de Transporte**, quando solicitado e, sempre que estejam reunidas as condições para a sua prestação, deve ser **comparticipado pelas famílias**, à semelhança do que acontece com os Serviços de Almoços e Complemento de Horário.

Neste sentido, pode a Autarquia definir uma **Tarifa Mensal** relativa ao **Serviço de Transporte**, a pagar pelos pais/encarregados de educação das crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar da Rede Pública.

Compete à Câmara Municipal, de acordo com a alínea j) do n.º1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **fixar as tarifas e os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados**.

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,
Paços do Município de Soure, 23 de Agosto de 2012
A Técnica Superior,


(Susana Ramos)

23.08.2012

DESPACHO:

À Reunião de Câmara.
A Vereadora*,
(Ana Maria Treno, Dra.)
24.08.2012

*Por delegação e subdelegação de competências,
despacho do Exmo. Sr. Presidente de Câmara de 06/11/2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO
. CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO
CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **17.11.2010**, à empresa **Tensor – Construção Civil, Lda**, pelo valor de **674.547,29 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
28.08.2012

Deliberada, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 6. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

**. CONSTRUÇÃO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO
- Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **31.03.2011**, ao Consórcio constituído pelas empresas **Construções Alberto Vasco, Lda** e **Torricentro 2 - Construções e Obras Públicas, S.A.**, pelo valor de **859.020,16 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
27.08.2012

Deliberada, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 7. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. APOIO AO DESPORTO

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

•

XADREZ FEDERADO	900,00 € / ano	90,00 € / mês
--------------------	----------------	---------------

O Vereador*
(Américo Nogueira)
2012.08.28

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 6.11.2009

Obs.: Aplicável à Época 2012/2013, base para 2013/2014.

O Senhor Presidente referiu que: “ trata-se de uma proposta desenvolvida pelo Senhor Vereador Américo Nogueira.

A sua elaboração, tanto quanto nos foi transmitido, assentou, como é hábito, num diálogo próximo e responsável com os Dirigentes das diferentes Instituições que disputam Provas Desportivas, nas mais diversas modalidades... na ambiência difícil que todos enfrentamos, procurou-se que se procedesse a uma redução de, pelo menos, 15% em tudo o que é apoio habitual, excepto em Equipas Jovens, onde a mesma não deverá ultrapassar os 10%... Isto, tendo em vista que a redução pouco ou nada afectasse o apoio ao Desporto na vertente formação!!!...

Com esta proposta, o seu impacto, se ela vier a ser aprovada, significará que a Câmara Municipal terá, nesta época, um Apoio ao Funcionamento, nestas modalidades, de 122.600,00€, sendo que na proposta anterior, esse valor era de 154.500,00€.

Digamos que a aprovação desta proposta, com estes pressupostos, se traduzirá numa redução efectiva de, sensivelmente, 32.000,00€ ($\approx 20\%$).

Releve-se que esta redução também resulta da diminuição do número de equipas participantes...”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Vereador, Américo Nogueira.-----

Ponto 8. ACÇÃO SOCIAL

**. CASA DA CRIANÇA / EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- Regulamento // Anexos**

8.1. Anexo 1 - Comparticipação Familiar – Ano Lectivo 2012/2013

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

Foi presente a seguinte proposta:



ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL



- Regulamento // Anexos

Anexo 1 - Comparticipação Familiar – Ano Lectivo 2012 / 2013

A Casa da Criança de Soure visa prestar, na área da Acção Social, um serviço adequado às famílias do Concelho, ao nível de duas Valências: Creche e Educação Pré-Escolar.

Na sequência da subscrição de um Protocolo, aprovado na Reunião de Câmara de 16.12.2011, a Santa Casa da Misericórdia de Soure passou a assumir integralmente a gestão e administração da Valência Creche, a partir de 01.12.2011.

No que toca à Educação Pré-Escolar, foi também subscrito com a mesma Instituição um Protocolo, aprovado em Reunião de Câmara de 27.12.2011, segundo o qual aquela Valência passou a ser assegurada pela Santa Casa da Misericórdia de Soure, a partir de 01.01.2012.

A Tabela de Comparticipação Familiar das Crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar continuou a ser definida pelo Município.

Com a consciência social que é e tem sido nosso apanágio e marca indelével, a Tabela, para o Ano Lectivo 2011/2012, foi aprovada em Reunião de Câmara de 31.08.2011, de acordo com os seguintes critérios:

- Adoptar os escalões fixados na lei indexados à retribuição Mínima Mensal, assegurando-se a sua actualização actual;
- Garantir uma “efectiva” justiça social, definindo taxas para os diferentes escalões numa lógica de progressividade, mas, inferiores às legalmente previstas, dado o período reconhecidamente difícil com que a maioria das Famílias se confronta;
- Fixar uma Comparticipação Familiar Mínima, de natureza excepcional pela ambiência conjuntural atrás aludida, correspondente a um terço do valor do Abono de Família para Crianças, com idade superior a doze meses, de Famílias do 1.º Escalão de Rendimentos, definido em Portaria. Naturalmente, esta Comparticipação não poderá ser superior ao montante decorrente da aplicação da legislação prevista.
- Fixar uma Comparticipação Máxima, transitória, também de natureza excepcional, que não exceda:
 - . Nem o valor resultante da aplicação da taxa correspondente à evolução do índice de preços no montante máximo actualmente em vigor;
 - . Nem, de acordo com a lei, o custo dos serviços prestados.

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

Em Reunião de Câmara de 30.07.2012, foi deliberado aprovar o Regulamento da Casa da Criança de Soure/Educação Pré-Escolar.

Este **Regulamento** prevê, no seu **Art.º 5.º**, que *a frequência da Casa da Criança/Educação Pré-Escolar obriga ao pagamento de uma Comparticipação Familiar Mensal, devidamente aprovada pela Câmara Municipal e actualizada anualmente, de acordo com a ambiência legal aplicável (Anexo 1).*

Assim, persistindo o difícil quadro sócio-económico das famílias e considerando-se que devemos continuar a insistir na aplicação de uma Tabela menos penalizadora do que a resultante da Lei em vigor, propõe-se que:

- A Câmara Municipal mantenha a Tabela actualmente em vigor, isto é, aprove a **Tabela de Comparticipação Familiar** apresentada em anexo para as Crianças que irão frequentar a **Casa da Criança de Soure/Educação Pré-Escolar**, no **Ano Lectivo 2012/2013**.

A Vereadora*

(Ana Maria Treno, Dra.)

2012.08.24

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

ANEXO 1 ACÇÃO SOCIAL CASA DA CRIANÇA DE SOURE - Educação Pré-Escolar - Comparticipação Familiar - Ano Lectivo 2012/ 2013

Legislação aplicável:

Despacho Conjunto n.º 300/97 de 09 de Setembro

Comparticipação familiar				Retribuição Mínima Mensal	
A comparticipação familiar é determinada com base nos seguintes escalões:				R.M.M. para o ano 2012	
1º Escalão -->	até	30%	} % estabelecida em função da RMM /Remuneração Mínima Mensal	485,00 € (Decreto-Lei n.º 143/2010, 31 de Dezembro)	
2º Escalão ---->	30%	até 50%			
3º Escalão ---->	50%	até 70%			
4º Escalão ---->	70%	até 100%			
5º Escalão ---->	100%	até 150%			
6º Escalão ---->	150%				

PROPOSTA DE TABELA DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA O ANO LECTIVO 2012/ 2013

ESCALÕES			
Rendimento <i>per capita</i> ,	Alimentação	Prolongamento de	TOTAL

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

indexado à RMM (Retribuição Mínima Mensal)				Horário			Alimentação + Prol.Horário
1º Escalão							
até 145,50 €	10,0%	até	14,55 €	5,0%	até	7,28 €	15% 11,73€ * ¹ 21,83 €
2º Escalão							
De 145,51 € até 242,50 €	12,0%	de a	17,46 € 29,10 €	9,0%	de a	13,10 € 21,83 €	21% 30,56 € 50,93 €
3º Escalão							
De 242,51 € até 339,50 €	12,5%	de a	30,31 € 42,44 €	9,5%	de a	23,04 € 32,25 €	22% 53,35 € 74,69 €
4º Escalão							
De 339,51 € até 485,00 €	13,0%	de a	44,14 € 63,05 €	10,0%	de a	33,95 € 48,50 €	23% 78,09 € 111,55 €
5º Escalão							
De 485,01 € até 727,50 €	13,5%	de a	65,48 € 98,21 €	10,5%	de a	50,93 € 76,39 €	24% 116,40 € 120,00€ * ²
6º Escalão							
A partir de 727,51 €	14,0%	desde	101,85 €	11,0%	desde	80,03 €	25% 120,00€ * ²

*¹) - Valor Mínimo da Comparticipação Familiar.

Este valor não poderá ser superior ao montante decorrente da aplicação da legislação prevista.

*²) - Valor Máximo da Comparticipação Familiar

Tabela aprovada pela Câmara Municipal, em Reunião de __/__/__, nos termos do Art.º 5.º do Regulamento da Casa da Criança de Soure/ Educação Pré-Escolar

A Senhora Vereadora, Ana Maria Treno, Dra. referiu que: “aqui, trata-se de manter o que estava em vigor no Ano Lectivo anterior, porque se mantêm os pressupostos de um período marcadamente difícil para as Famílias em geral.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

8.2. Anexo 2 - Serviço de Transporte – Ano Lectivo 2012/2013

Foi presente a seguinte proposta:

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**



ASSUNTO: **Acção Social**



- Regulamento // Anexos

Anexo 2 - Serviço de Transporte – Ano Lectivo 2012 / 2013

A Casa da Criança de Soure visa prestar, na área da Acção Social, um serviço adequado às famílias do Concelho, ao nível de duas Valências: Creche e Educação Pré-Escolar.

Na sequência da subscrição de um Protocolo, aprovado na Reunião de Câmara de 16.12.2011, a Santa Casa da Misericórdia de Soure passou a assumir integralmente a gestão e administração da Valência Creche, a partir de 01.12.2011.

No que toca à Educação Pré-Escolar, foi também subscrito com a mesma Instituição um Protocolo, aprovado em Reunião de Câmara de 27.12.2011, segundo o qual aquela Valência passou a ser assegurada pela Santa Casa da Misericórdia de Soure, a partir de 01.01.2012.

A Tabela de Comparticipação Familiar das Crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar continuou a ser definida pelo Município.

No que se refere ao Serviço de Transporte dos Utentes da Casa da Criança, a Tarifa em vigor foi aprovada em Reunião de Câmara de 06.01.1992, pelo que, naturalmente, mais do que se justificam ajustamentos que procurem, não só “acompanhar” a evolução do índice de preços, mas sobretudo assegurar uma “efectiva” justiça social.

Assim, considera-se que deverão ser definidas Tarifas, de acordo com os seguintes critérios:

- Adoptar quatro Escalões, em função de circuitos, de acordo com o número de km percorridos Residência/Escola/Residência;
- Fixar uma Tarifa Mensal para cada Escalão;
- Reduzir o valor da Tarifa Mensal:
 - . Isentar as Crianças integradas no Escalão 1 do Abono de Família;
 - . 50% às Crianças integradas no Escalão 2 do Abono de Família.

Em Reunião de Câmara de 30.07.2012, foi deliberado aprovar o Regulamento da Casa da Criança de Soure/Educação Pré-Escolar.

Este **Regulamento** prevê, no seu **Art.º 6.º**, que *a utilização do Transporte pelas crianças que frequentam a Casa da Criança/Educação Pré-Escolar obriga ao pagamento de uma Tarifa Mensal, nos termos da Tabela, devidamente aprovada pela Câmara Municipal e actualizada anualmente (Anexo 2).*

O Art.º 13 do atrás aludido Regulamento revoga a deliberação relativa ao custo de transporte dos utentes da Casa da Criança, aprovada em Reunião de Câmara de 06.01.1992.

Neste quadro, propõe-se que:

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

- A Câmara Municipal aprove a Tabela apresentada em anexo, relativa à utilização do **Transporte** pelas Crianças que irão frequentar a **Casa da Criança de Soure/Educação Pré-Escolar**, no **Ano Lectivo 2012/2013**.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2012.08.24

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

ANEXO 2
ACÇÃO SOCIAL
CASA DA CRIANÇA DE SOURE
- Educação Pré-Escolar -

Serviço de Transporte - Ano Lectivo 2012/2013

1. O cálculo da Tarifa Mensal do Serviço de Transporte é determinado com base em quatro Escalões, de acordo com os seguintes Circuitos:

ESCALÃO	CIRCUITO (RESIDÊNCIA/ESCOLA/RESIDÊNCIA)	TARIFA MENSAL	INDEXANTE
A	Até 4km	4,50 €	4,94 €
B	De 5km a 8km	9,00 €	9,89 €
C	De 9km a 12km	13,50 €	14,83 €
D	De 13km a 16km	18,00 €	19,77 €

2. As crianças, integradas no **Escalaõ 1 do Abono de Família**, ficam isentas do pagamento da presente Tarifa Mensal.

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

3. As crianças, integradas no **Escalão 2 do Abono de Família**, pagam **50%** da presente Tarifa Mensal.
4. As crianças, **a partir do Escalão 3 do Abono de Família**, pagam **integralmente** a presente Tarifa Mensal.

<p>Tabela aprovada pela Câmara Municipal, em Reunião de __/__/__, nos termos do Art.º 6.º do Regulamento da Casa da Criança de Soure/Educação Pré-Escolar.</p>

A Senhora Vereadora, Ana Maria Treno Dra., referiu que: “trata-se de “estender” à Acção Social aquilo que aprovámos no Ponto 4... Isto porque não deve haver dois pesos e duas medidas no mesmo Concelho só porque, num caso, se chama Pré-Escolar e, noutro, Acção Social.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 9. ACÇÃO SOCIAL

- . Casa da Criança - Valência Creche
- . Protocolo//Anexos - Ano Lectivo 2012/2013

9.1. Anexo 1 - Recursos Humanos

ANEXO 1

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

ACÇÃO SOCIAL



RECURSOS HUMANOS

. ANO LECTIVO 2012/2013* A partir de 01 de Setembro de 2012

. N.º DE CRIANÇAS 38

. RECURSOS HUMANOS:

⇒ **Legalmente Exigidos**

~ Educador(es) de Infância: 2

~ Auxiliar(es) de Acção Educativa : 4

~ Ajudante(s) de Acção Educativa: 2

~ Outros: 0

⇒ **Disponibilizados pela Câmara Municipal**

~ Educador(es) de Infância: 0

~ Auxiliar(es) de Acção Educativa: 4* (Assistentes Operacionais)

~ Ajudante(s) de Acção Educativa: 2* (Assistentes Operacionais)

~ Outros: 0



. Valor **MENSAL**¹⁾ ⇒ 4.385,51€

. Valor **ANUAL**¹⁾ ⇒ 52.626,12€

1) Cálculo na Página Seguinte



CATEGÓRIA DOS FUNCIONÁRIOS NECESSÁRIOS	REMUNERAÇÃO MENSAL	ENCARGOS SEG. SOCIAL	ENCARGOS C/ SEGUROS	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	CUSTO MENSAL	SUBSÍDIO DE FÉRIAS (6)	SUBSÍDIO DE NATAL (7)	CUSTO ANUAL	N.º FUNCIONÁRIOS DISPONIBILIZADOS
---	-----------------------	----------------------------	------------------------	----------------------------	-----------------	---------------------------	--------------------------	----------------	---

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) =(1)+(2)+(3)+(4)			(8) =12x(5)+(6)+(7)	
Educadores de Infância	843,00€	168,60€	9,50€	46,86€	1.067,96€	1.021,00€	1.021,00€	8 ₁ 14.857,22€	Y ₁ 0
Auxiliares de Acção Educativa	491,93€	98,39€	5,55€	46,86€	642,73€	595,86€	595,86€	8 ₂ 8.904,48€	Y ₂ 4
Ajudantes de Acção Educativa	468,32€	93,67€	5,28€	46,86€	614,13€	567,27€	567,27€	8 ₃ 8.504,10€	Y ₃ 2

• Valor Anual ⇒

$$\text{V.A.} = (Y_1 \times 8_1) + (Y_2 \times 8_2) + (Y_3 \times 8_3)$$

$$\text{V.A.} = (0 \times 14.857,22\text{€}) + (4 \times 8.904,48\text{€}) + (2 \times 8.504,10\text{€})$$

$$\text{V.A.} = 52.626,12\text{€}$$

• Valor **MENSAL** ⇒
$$\frac{\text{V.A.}}{12} = 4.385,51\text{€}$$

Paços do Município de Soure, 31 de Agosto de 2012

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

(Ana Maria Treno, Dra.)

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

A Senhora Vereadora, Ana Maria Treno Dra., referiu que: “aqui, são os valores mensais que a Santa Casa da Misericórdia tem que transferir para a Câmara Municipal, pela utilização de Recursos Humanos... Como não se verificaram evoluções salariais, nem mobilidade, é exactamente a mesma coisa, só que agora, a partir de 1 de Setembro.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Anexo 1 do referido Protocolo.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

9.2. Anexo 2 - Transporte de Crianças

ANEXO 2

ACÇÃO SOCIAL

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**



TRANSPORTE DAS CRIANÇAS

- . **ANO LECTIVO** 2012/2013* A partir de 01 de Setembro de 2012
- . **CIRCUITO DIÁRIO/N.º DE KMS** a) 180 km (90Km + 90 Km)
- . **CUSTO UNITÁRIO ACORDADO** b) 0,13€



. Valor Diário $\Rightarrow c) = a) \times b)$

$$\Rightarrow 23,40\text{€} = 180 \text{ km} \times 0,13\text{€}$$

. Valor **MENSAL** $\Rightarrow d) = 23,40\text{€} \times \text{N.º de Dias do Mês}$
com Funcionamento do Serviço

Paços do Município de Soure, 31 de Agosto de 2012

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Ana Maria Treno, Dra.)

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

A Senhora Vereadora, Ana Maria Treno Dra., referiu que: “agora, o número de quilómetros é diferente... O ano passado eram 160 km, agora são 180 km... Estamos a “usar” o mesmo valor que pagamos às IPSS quando são elas a prestar-nos o serviço...”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Anexo 2 do referido Protocolo.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

Ponto 10. ACÇÃO SOCIAL

- . Casa da Criança - Educação Pré-Escolar
- . Protocolo//Anexos - Ano Lectivo 2012/2013

O Senhor Presidente referiu que: “referir que não estamos a penalizar, ou a agravar a penalização das famílias, um cêntimo que seja, neste período particularmente difícil.”

*16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012*

10.1. Anexo 1 - Recursos Humanos

ANEXO 1
ACÇÃO SOCIAL



RECURSOS HUMANOS

. **ANO LECTIVO** 2012/2013* A partir de 01 de Setembro de 2012

. **N.º DE CRIANÇAS** 50

. **RECURSOS HUMANOS:**

⇒ **Legalmente Exigidos**

~ Educador(es) de Infância:	2
~ Auxiliar(es) de Acção Educativa :	2
~ Ajudante(s) de Acção Educativa:	2
~ Outros:	0

⇒ **Disponibilizados pela Câmara Municipal**

~ Educador(es) de Infância:	2
~ Auxiliar(es) de Acção Educativa:	2* (1 Ass. Técnica + 1 Ass. Operacional)
~ Ajudante(s) de Acção Educativa:	2* (Assistentes Operacionais)
~ Outros:	0



. Valor **MENSAL**¹⁾ ⇒ 5.377,63€

. Valor **ANUAL**¹⁾ ⇒ 64.531,60€

1) Cálculo na Página Seguinte

[illegible]

- Valor Anual \Rightarrow

$$\text{V.A.} = (2 \times 14.857,22\text{€}) + (2 \times 8.904,48\text{€}) + (2 \times 8.504,10\text{€})$$

- Valor **MENSAL** \Rightarrow

23

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**



TRANSPORTE DAS CRIANÇAS

• **ANO LECTIVO** 2012/2013* A partir de 01 de Setembro de 2012

• **CIRCUITO DIÁRIO/N.º DE KMS** a) 0 Km

• **CUSTO UNITÁRIO ACORDADO** b) 0,13€



• Valor Diário $\Rightarrow c) = a) \times b)$

$$\Rightarrow 0,00€ = 0 \text{ Km} \times 0,13€$$

• Valor **MENSAL** $\Rightarrow d) = 0,00€ \times \text{N.º de Dias do Mês com Funcionamento do Serviço}$

Paços do Município de Soure, 31 de Agosto de 2012

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Ana Maria Treno, Dra.)

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Anexo 2 do referido Protocolo.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

10.3. Anexo 3 - Comparticipação Familiar

ANEXO 3
ACÇÃO SOCIAL



**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR

. **ANO LECTIVO** 2012/2013* A partir de 01 de Setembro de 2012

. **N.º DE CRIANÇAS** 50

. **COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR:**

ESCALÕES							
Rendimento <i>per capita</i> , indexado à RMM (Retribuição Mínima Mensal)		Alimentação			Prolongamento de Horário		TOTAL
							Alimentação + Prol.Horário
1º Escalão							
	até 145,50 €	10,0%	até	14,55 €	5,0%	até 7,28 €	15% 11,73€ * ¹
							21,83 €
2º Escalão							
De	145,51 € até 242,50 €	12,0%	de	17,46 €	9,0%	de	30,56 €
			a	29,10 €		a	50,93 €
3º Escalão							
De	242,51 € até 339,50 €	12,5%	de	30,31 €	9,5%	de	53,35 €
			a	42,44 €		a	74,69 €
4º Escalão							
De	339,51 € até 485,00 €	13,0%	de	44,14 €	10,0%	de	78,09 €
			a	63,05 €		a	111,55 €
5º Escalão							
De	485,01 € até 727,50 €	13,5%	de	65,48 €	10,5%	de	116,40 €
			a	98,21 €		a	120,00€ * ²
6º Escalão							
A partir de	727,51 €	14,0%	desde	101,85 €	11,0%	desde	120,00€ * ²

*¹) - Valor Mínimo da Comparticipação Familiar

*²) - Valor Máximo da Comparticipação Familiar

. Valor **MENSAL** $\Rightarrow a) = 50 \times$ Valor da Comparticipação Familiar Mensal, de acordo com a Tabela aprovada para o Ano Lectivo 2012/2013
 $= \approx 3.500\text{€}$

. Valor **ANUAL** $\Rightarrow b) = a) \times 11$ Meses
 $38.500\text{€} = \approx 3.500 \times 11 \text{ MESES}$

Paços do Município de Soure, 31 de Agosto de 2012

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Ana Maria Treno, Dra.)

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Anexo 3 do referido Protocolo.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

**10.4. Anexo 4 - Comparticipação (Refeições + Prolongamento de Horário)
(Transferências do Ministério da Educação)**

ANEXO 4

ACÇÃO SOCIAL



ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TRIPARTIDO

COMPARTICIPAÇÃO (REFEIÇÕES + PROLONGAMENTO DE HORÁRIO)

(TRANSFERÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

. ANO LECTIVO 2012/2013* A partir de 01 de Setembro de 2012

. Nº DE CRIANÇAS 50

. REFEIÇÕES a) $\approx 31,99\text{€}$ /Criança/ Mês

. PROLONGAMENTO DE HORÁRIO b) $\approx 30,99\text{€}$ /Criança/ Mês



. Valor MENSAL $\Rightarrow \underline{c)}$ = (a + b) x N.º de Crianças Inscritas

$$\Rightarrow \approx 3.149,00 \text{ €} = (\approx 31,99 \text{ €} + \approx 30,99 \text{ €}) \times 50$$

. Valor ANUAL $\Rightarrow \underline{d)}$ = $\underline{c)}$ x 11 Meses

$$\Rightarrow 34.639,00 \text{ €} = \approx 3.149,00 \text{ €} \times 11 \text{ Meses}$$

Paços do Município de Soure, 31 de Agosto de 2012

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

A Vereadora da Câmara Municipal
de Soure*

(Ana Maria Treno, Dra.)

O Provedor da Santa Casa da
Misericórdia de Soure

(Reinaldo Ramos)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Anexo 4 do referido Protocolo.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, ausentou-se, não tendo participado na votação.-----

Ponto 11. ACÇÃO SOCIAL

**. LAR-ANÇOS – Apoio à Terceira Idade, Lda
- Lugar de Estacionamento**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: LAR-ANÇOS – Apoio à Terceira Idade, Lda
- Solicitação de lugar de estacionamento

Relativamente ao tema em assunto, na sequência do pedido endereçado pela LAR-ANÇOS - Apoio à Terceira Idade, Lda, após parecer da divisão jurídica e do consequente despacho do Sr. Presidente da Câmara, informo:

1. Desloquei-me ao local onde foi possível constatar, na presença de uma técnica representante do lar, que o local onde se pretende o lugar de estacionamento não é na Rua do Pedregal mas sim a Rua dos Fornos, junto às instalações da instituição;
2. O local dispõe de condições dimensionais/físicas que permitem a marcação de um espaço reservado tanto ao estacionamento de ambulâncias, como a paragens para cargas e descargas associadas ao funcionamento/serviço da instituição.

Assim, não se vê inconveniente ao deferimento do pedido agora apresentado.

À consideração superior.
(O Chefe de D.O.P.M. - Mário Monteiro, Eng.º)
27.08.2012

e

Assunto: Lugar de estacionamento para ambulâncias
- Rua do Pedregal em Vila Nova de Anços

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

O Lar Anços Lda solicita que na Rua do Pedregal em Vila Nova de Anços seja sinalizado um lugar para estacionamento de ambulâncias que prestam apoio aos idosos residentes nesse estabelecimento.

A este propósito, refira-se que a Portaria nº 67/2012, de 21 de Março, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, define as condições de organização, funcionamento e instalação a que devem obedecer as estruturas residenciais para pessoas idosas.

O artigo 17º da atrás aludida Portaria estabelece que o edifício residencial deve prever “*lugares de estacionamento de viaturas, em número adequado à capacidade da estrutura residencial, de acordo com os regulamentos camarários em vigor*”.

Logo se acrescentando no nº 3 do mesmo artigo que “***na omissão de regulamentos camarários é obrigatório prever-se no mínimo um lugar que sirva ambulâncias, cargas e descargas***”.

No âmbito da regulação do trânsito, compete à Câmara Municipal deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos, nos termos da alínea u) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Na situação em apreço, não existe na freguesia de Vila Nova de Anços um regulamento municipal de trânsito, pelo que a pretensão deve ser analisada ao nível da lei geral e na esfera das atribuições e competências dos órgãos municipais.

Ora ...

- A Portaria nº 67/2012, de 21 de Março, obriga a que estes estabelecimentos residenciais para idosos tenham no mínimo um lugar que sirva para o estacionamento de ambulâncias;

- O Código da Estrada prevê no nº 2 do artº 70º a possibilidade de nas zonas de estacionamento haver lugares reservados a veículos afectos ao serviço de determinadas entidades, como é o caso das ambulâncias;

- O serviço que é prestado pelos estabelecimentos deste tipo, apesar de pertencerem ao sector privado, desempenham um relevante papel assistencial a pessoas idosas ao nível dos cuidados de saúde e de outra índole social, consubstanciando-se, por isso, num interesse público inequívoco.

Face ao atrás exposto, concluímos:

1. Após a finalização da avaliação ao local indicado, determinada pelo Senhor Presidente da Câmara, e esta não conclua por qualquer impedimento que obste a sinalização pretendida pode a Câmara Municipal,

2. Deliberar pela atribuição de um lugar de estacionamento para ambulâncias, nos termos da alínea u) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Esta competência, conforme o previsto no nº 1 do artº 65º, foi delegada no Presidente da Câmara, por deliberação de 6/11/2012, e subdelegada nos Vereadores através dos despachos proferidos na mesma data.

3. No caso de a decisão ser favorável à colocação da sinalização solicitada a mesma deverá ser aplicada em conformidade com as especificações técnicas constantes do Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de Outubro, alterado pelos Decretos Regulamentares nºs 41/2002, de 20 de Agosto, 13/2003, de 26 de Junho, e 2/2011, de 3 de Março, e pelo Decreto Lei nº 39/2010, de 26 de Abril.

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
10-08-2012

Despacho:
. Ao D.O.U.
Ao c/SR. Chefe de Divisão,
Eng.º Mário Monteiro:
⇒ Atenda-se ao solicitado
Em conformidade com as
"conclusões" da informação
jurídica infra.
. À Reunião de Câmara.
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)
2012.08.10

O Senhor Presidente referiu que: “a Câmara Municipal deve, neste caso como noutros semelhantes, autorizar... isto porque não estamos, apenas e só, a apoiar este investimento privado no domínio da Acção Social, estamos, no fundo, a contribuir para que seja dada resposta a uma necessidade primária, que é adjacente à prestação deste serviço.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar um lugar de Estacionamento, conforme decorre da informação técnica/jurídica.-----

Ponto 12. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE
- . REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**
CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE
REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
- RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **03.09.2010**, à empresa **Construções Alberto Vasco, Lda**, pelo valor de **787.963,21 €**, acrescido de IVA.

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
27.08.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação da presente Auto de Recepção Provisória,
conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----*

**Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CONST./REP./AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
. Requalificação do Bar Finisterra
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO
URBANIZAÇÃO E URBANISMO. CONST./REP./AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
REQUALIFICAÇÃO DO BAR FINISTERRA
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 19.07.2012, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
PARQUEADORA SOURENSE - COMÉRCIO DE PAVIMENTO, TINTAS E VERNIZES, Lda.	16,435,00 €	30 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta não é superior ao preço base (19.600,00), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Parqueadora Sourense - Comércio de Pavimento, Tintas e Vernizes, Lda.**

É obrigatória a redução do contrato a escrito, uma vez que a mesma não se encontra dispensada – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) - ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CCP;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Parqueadora Sourense - Comércio de Pavimento, Tintas e vernizes, Lda**;
3. **Aprovação** da minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 98.º do CCP;
4. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **16.435,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
27.08.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 14. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
 . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
 . Zona Adjacente à Extensão de Saúde de Samuel
 - Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
 CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
 ZONA ADJACENTE À EXTENSÃO DE SAÚDE DE SAMUEL
 - ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 19.07.2012, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
GADANHA PAVIMENTOS, LDª.	6,589,70 €	15 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (6.594,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Gadanha Pavimentos, Ldª**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo - vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP-.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) - ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CCP;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Gadanha Pavimentos, Ldª**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **6.589,70 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
27.08.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 15. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS
. FESTAS DE S. MATEUS E FATACIS // 2012
- Organização**

Assunto: Desenvolvimento Económico
Festas de S. Mateus e Fatacis
Protocolo

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

A Associação Empresarial de Soure (AES), através da sua comunicação de 22 de Junho de 2012, vem comunicar ao Município de Soure o interesse em continuar a organizar em 2012 os eventos acima referidos, nos termos do protocolo celebrado entre as duas entidades, em 16 de Julho de 2007.

Assim, não se tendo verificado interesse, quer da Associação Empresarial de Soure, quer desta Autarquia, na denúncia do mencionado Protocolo, o mesmo deverá permanecer válido, nos termos da Cláusula Oitava.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
27.08.2012

Foi tomado conhecimento. Não se tendo verificado interesse, quer da Associação Empresarial de Soure, quer da Câmara Municipal de Soure, na denúncia do Protocolo, o mesmo permanece válido, nos termos da Cláusula Oitava.-----

Ponto 16. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS

- . FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS // 2012
- . Ornamentação da Vila de Soure
- Escolha de Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

ASSUNTO: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO - MERCADOS E FEIRAS

FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS // 2012

- ORNAMENTAÇÃO DA VILA DE SOURE

Na reunião de Câmara, de 12 de Julho de 2007, foi aprovado um Protocolo com a A.E.S. - Associação Empresarial de Soure, relativo à Organização dos Eventos em epígrafe.

De acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 da Cláusula Terceira desse Protocolo, cabe ao Município suportar os encargos devidos pela Ornamentação da Vila de Soure.

Neste quadro, à semelhança de anos anteriores, sugere-se a iluminação de algumas ruas, no período compreendido entre **19 e 25 de Setembro de 2012**.

O valor estimado para este investimento deverá rondar os 13.000 Euros.

Assim, propõe-se o recurso à figura do Ajuste Directo, conforme decorre da informação técnica que junto se anexa.

O Vice-Presidente*
(Santos Mota, Dr.)

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

27.08.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

e

**Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS
FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS // 2012
- ORNAMENTAÇÃO DA VILA DE SOURE – SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 13.000,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 03.01.02.02.25.05 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 05.003 2012/99-2.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- Fabrilight - Iluminações, Unipessoal, Lda.;
- A Romeira - Iluminações Festivas, Lda.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Santos Mota, Dr. (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Vítor Miranda, Eng. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente);

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

- Ivo Costa, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
24/08/2012

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
O Vice-Presidente *,
(Santos Mota, Dr.)
27.08.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 17. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2012
- Apreciação de Propostas de Alteração - 7.ª/7.ª - .

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar as Propostas de Alteração -7.ª/7.ª - .-----

Ponto 18. ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
- Hasta Pública

Assunto: Alienação de Bens Imóveis
- Antiga Escola do 1º CEB de Cotas
- Antiga Escola do 1º CEB de Malhadas

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

O Município de Soure é proprietário de dois imóveis urbanos situados em Cotas e Malhadas da freguesia de Pombalinho onde funcionavam as escolas do 1º CEB daquelas localidades, com os artigos matriciais nºs 914 e 937, respectivamente.

Os imóveis supracitados estão integrados no domínio privado do Município de Soure e encontram-se desactivados não desempenhando presentemente qualquer finalidade de interesse municipal, existindo, eventualmente, o interesse em proceder à sua alienação.

1. Competência para a alienação

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

A atribuição da competência para a alienação de imóveis resulta de dois diplomas legais, designadamente a Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) e a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Os municípios possuem autonomia financeira que se repercute, nomeadamente, na faculdade de gerir o seu próprio património bem como aquele que lhe seja afecto – *cfr. al. f) do nº 2 do artº 3º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro.*

No que respeita à determinação de qual o órgão competente para a alienação dos bens imóveis pertencentes ao Município, a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, define essa competência consoante o valor dos bens a alienar, assim:

a) É da **competência da Assembleia Municipal** autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 (343.280€) das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respectivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente a via da hasta pública – *cfr. al. i) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.*

b) É da **competência da Câmara Municipal**;

- Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 (343.280€) das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública – *cfr. al. f) do nº 1 do artº 64º.*

- Alienar em hasta pública, independentemente de autorização do órgão deliberativo, bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 (343.280€), desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respectiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em efectividade de funções – *cfr. al. g) do nº 1 do artº 64º.*

Em síntese, no caso de o valor dos bens imóveis ser superior a 1000 vezes o índice 100, e a alienação não decorra da execução das opções do plano, a competência é da Assembleia Municipal. À contrárium, sendo inferior àquele valor a competência será da Câmara Municipal.

Na caso em apreço, e conforme resulta das informações do Senhor Chefe de Divisão, Engº Mário Monteiro, o imóvel situado nas Cotas foi avaliado em 24.250€ e o imóvel sito em Malhadas em 13.312,50€, **pelo que o órgão competente para proceder às suas alienações é a Câmara Municipal** por força da al. f) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

As competências atrás referidas para a Câmara Municipal foram delegadas no Presidente da Câmara Municipal, através da deliberação de 06 de Novembro de 2009 e subdelegadas nos Vereadores mediante despachos proferidos na mesma data, em conformidade com o disposto nos nºs 1 e 2 do artº 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

2- Procedimento para a venda de imóveis

O regime jurídico do património imobiliário público é definido pelo Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro e Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Todavia, no que à venda de imóveis de domínio privado (artºs 77º a 106º) verifica-se que neste particular as suas regras apenas são aplicáveis ao Estado e aos Institutos Públicos, nada sendo estipulado para a Administração local, atendendo ao princípio da autonomia administrativa e financeira das autarquias locais.

Ora, não regulando este diploma a venda de bens imóveis do domínio privado das autarquias locais, nem existindo no ordenamento jurídico qualquer outra legislação específica sobre a matéria, o regime jurídico aplicável á sua alienação é aquele que é referido e delimitado no ponto anterior da presente informação, respeitante à competência para alienar.

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

Daqui resulta que no caso concreto em que o valor dos bens imóveis a alienar é inferior a 1000 vezes o índice 100, a lei não prevê expressamente qual o procedimento a adoptar usando a nomenclatura “*compete à Câmara Municipal (...) alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 (...)*”.

O regime da venda de bens imóveis do domínio privado do Estado define no seu artº 80º que a venda de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos é realizada por hasta pública, por negociação, com publicação prévia de anúncio ou por ajuste directo.

Face á não previsão expressa sobre a gestão de bens imóveis do domínio privado na Administração Local por parte do Dec. Lei nº 280/2007 e à nomenclatura utilizada nas competências dos órgãos autárquicos por parte da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, referindo expressamente o recurso ao procedimento de hasta pública para as alienações de valor superior a 1000 vezes o índice 100, o município não está obrigado a seguir esse procedimento para alienações inferiores a esse valor, contudo, em nome das garantias de transparência a que a actividade pública está sujeita, sugerimos que se adopte a hasta pública para a venda destes dois prédios.

CONCLUSÃO:

1- Face ao valor dos prédios o órgão competente para proceder às suas alienações é a Câmara Municipal, por força da al. f) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

2- Apesar de o valor dos prédios a alienar não ser superior a 343.280€, limite a partir do qual é obrigatório adoptar o procedimento de hasta pública, entendemos que em nome da garantia de transparência deste procedimento se deverá recorrer à hasta pública para a alienação dos prédios em causa.

3- As normas a observar na hasta pública são as constantes dos Anexos I e II à presente informação.

Realce-se que a decisão de adjudicação definitiva compete à Câmara Municipal, sendo que no final da licitação a comissão nomeada para o efeito adjudica provisoriamente o prédio a quem tenha oferecido o preço mais elevado, elaborando o respectivo auto de arrematação.

Face ao atrás exposto, sugerimos que:

A Câmara Municipal delibere a venda, através do procedimento de hasta pública, dos prédios urbanos situados em Cotas (artigo nº 914) e Malhadas (artigo nº 937), antigas instalações das escolas do 1º CEB, tendo por base de licitação 24.250,00€ e 13.312,50€, respectivamente, decorrendo o procedimento de acordo com as normas constantes nos ANEXOS I e II.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
24-08-2012

18.1. Antiga Escola do 1.º CEB de Cotas

ANEXO I

NORMAS PARA A ADJUDICAÇÃO DO PRÉDIO SITO NAS COTAS – POMBALINHO – ANTIGA ESCOLA DO 1º CEB

CAPÍTULO I

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

Disposições Gerais

Artigo 1º Objecto

Alienação do prédio urbano sito no lugar de Cotas na freguesia de Pombalinho, constituído por um edifício escolar onde funcionou a escola do 1º CEB de Cotas e respectivo espaço circundante delimitado por muros de vedação, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Pombalinho sob o artigo 914.

Artigo 2º Aproveitamento urbanístico

- 1- O prédio poderá ser aproveitado para os fins que o comprador tiver por convenientes, no respeito pelas prescrições urbanísticas do Plano Director Municipal de Soure.
- 2- O prédio localiza-se no interior do perímetro urbano do lugar de Cotas.
- 3- O direito de propriedade será adjudicado com o imóvel tal como se encontra no momento da adjudicação, sendo da inteira responsabilidade do adquirente efectuar os trabalhos necessários á concretização de eventuais operações urbanísticas, e mediante a apresentação de projectos previamente aprovados e licenciados, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3º Regime da adjudicação

- 1- O direito de propriedade do prédio será adjudicado em propriedade plena a entidades privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras, mediante procedimento público de alienação, na modalidade de hasta pública.
- 2- O imóvel é adjudicado a quem tiver oferecido o preço mais elevado, devendo o adjudicatário depositar no acto da arrematação 25% do valor da mesma.

Artigo 4º Acto público de hasta pública

- 1- O acto público de hasta pública realizar-se-á na hora, data e local a fixar posteriormente em edital.
- 2- A arrematação em hasta pública decorrerá perante uma comissão nomeada para o efeito, constituída por três membros efectivos e dois suplentes, sem prejuízo de, por razões logísticas ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros funcionários municipais ou de, em caso de falta ou impedimento de qualquer dos membros efectivos, o presidente da comissão designar substituto.
- 3- Os elementos que integram a comissão são:
 1. Presidente: Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, Vereador;
 2. Vogal: Engº Mário Monteiro, Chefe de Divisão;
 3. Vogal: Dr. Gil António Contente Soares, Técnico Superior;

Suplentes:

1. Dr. Ivo Gil Antunes Martins da Costa, Técnico Superior;
2. Dr. Fernando Alfeu Foja de Oliveira Cavacas, Técnico Superior.

Artigo 5º Praça

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

- 1-** A praça inicia-se quando o presidente da comissão declarar aberta a hasta pública para cada um dos prédios, passando-se de seguida á abertura das propostas recebidas, havendo lugar a licitação a partir da proposta de valor mais elevado ou, se não existirem, a partir do valor base de licitação anunciada.
- 2-** Podem intervir na praça os interessados ou os seus representantes, devidamente identificados e, no caso de pessoas colectivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar.
- 3-** O valor do lanço mínimo é de 250,00 euros.
- 4-** As licitações serão efectuadas durante um período de 15 minutos.
- 5-** A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.
- 6-** Se não tiver havido apresentação de propostas válidas, nem licitação, o imóvel pode ser adjudicado a quem, no acto da praça, fizer a melhor oferta do preço, não inferior à base de licitação. No caso de desistência ou de não pagamento do preço de licitação, a comissão poderá adjudicar o bem a quem tenha oferecido lanço de montante imediatamente inferior.

Artigo 6º

Das condições gerais de adjudicação

- 1-** A adjudicação do prédio será feita por procedimento público, mediante apresentação de proposta em carta fechada e seguindo a modalidade de hasta pública.
- 2-** As propostas recebidas serão abertas, em acto público realizado no dia e hora da respectiva praça, procedendo a Comissão à sua análise formal.
- 3-** O preço base de licitação será de 24.250,00 euros.
- 4-** Terminada a licitação, a comissão adjudica provisoriamente o correspondente prédio a quem tenha oferecido o preço mais elevado.
- 5-** No caso do adjudicatário ter apresentado proposta, deverá proceder ao pagamento da diferença entre o valor do cheque que acompanhou a proposta e 25% do valor da adjudicação.
- 6-** No final da praça, é elaborado auto de arrematação provisório que será assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório, se estiver presente.

Artigo 7º

Apresentação e instrução das propostas

- 1-** Podem apresentar propostas concorrentes, nacionais ou estrangeiros, que possuam a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e a Administração Fiscal.
- 2-** As propostas a apresentar no prazo a fixar em edital, deverão indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base da licitação.
- 3-** As propostas serão instruídas com cheque à ordem do Município de Soure, no valor de 25% da proposta apresentada, o qual terá a função de caução e será devolvido, no acto público, aos concorrentes preteridos.
- 4-** Serão excluídas as propostas que:
 - a) O valor da arrematação proposta seja inferior ao preço base de licitação;
 - b) Não sejam instruídas com os documentos de apresentação obrigatória previstos no nº 3 antecedente.

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

5- As propostas, instruídas com os documentos acima referidos, devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o proponente e o imóvel a que respeita, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Soure, podendo ser entregues na Secção de Expediente Geral e Arquivo (SEGA) durante o período normal de funcionamento (09h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h00) ou enviadas por correio, sob registo.

CAPÍTULO II Obrigações do Adjudicatário

Artigo 8º Impostos e encargos devidos

- Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), salvo se dele estiverem isentos;
- Imposto de Selo de 0,8% sobre o preço da arrematação e encargos decorrentes da celebração da escritura de compra e venda.

CAPÍTULO III Do Contrato

Artigo 9º Prazo e condições de pagamento

- 1- Será depositada no acto de arrematação a quantia correspondente a 25% do valor da mesma.
- 2- O contrato promessa de compra e venda será outorgado no prazo de 30 dias a contar da adjudicação definitiva, com o pagamento de 25% do valor da arrematação.
- 3- O contrato de compra e venda (escritura) será celebrado no prazo de 60 dias a contar do recebimento da notificação da adjudicação, com o pagamento dos restantes 50% do valor da adjudicação.

CAPÍTULO IV Disposições finais

Artigo 10º Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação das presentes normas disciplinadoras serão resolvidas pela Entidade Adjudicante, com observância da legislação em vigor, e subsidiariamente na área da contratação pública.

Soure, 31 de Agosto de 2012

e

Assunto: Antiga escola do 1º CEB de Cotas
. Atribuição de Valor.

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

De acordo com solicitação superior, procedeu-se à avaliação do prédio urbano constituído por um edifício escolar onde, até à pouco tempo funcionou a escola do 1º CEB de Cotas, freguesia de Pombalinho e respetivo espaço circundante, delimitado por muros de vedação.

O prédio localiza-se no interior do perímetro urbano do lugar.

O método utilizado foi o do custo do terreno adicionado do custo de construção, tendo em conta o atual estado do edifício, respetivas infraestruturas, muros adjacentes e toda a envolvente.

A determinação do valor do prédio está ilustrada no quadro seguinte:

prédio		terreno			construção		
designação	valor (€)	p.u. (€)	área (m2)	valor (€)	p.u. (€)	área (m2)	valor (€)
Escola 1º CEB Cotas	24.250,00 €	2,50 €	1200	3.000,00 €	125,00 €	170	21.250,00 €

Assim, o valor atribuído ao prédio urbano em causa, com os anteriores pressupostos, é de **24.250,00 Euros**.

À consideração superior.

(O chefe de D.O.P.M Mário Monteiro, Eng. Civil)

2012-08-03

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Alienação em Hasta Pública do Prédio Urbano situado em Cotas, Freguesia de Pombalinho (artigo n.º 914), conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

18.2. Antiga Escola do 1.º CEB das Malhadas

ANEXO II

**NORMAS PARA A ADJUDICAÇÃO DO PRÉDIO SITO NAS MALHADAS – POMBALINHO
– ANTIGA ESCOLA DO 1º CEB**

**CAPÍTULO I
Disposições Gerais**

**Artigo 1º
Objecto**

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

Alienação do prédio urbano sito no lugar de Malhadas na freguesia de Pombalinho, constituído por um edifício onde funcionou a escola do 1º CEB das Malhadas e respectivo espaço circundante delimitado por muros de vedação, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Pombalinho sob o artigo 937.

Artigo 2º Aproveitamento urbanístico

- 1- O prédio poderá ser aproveitado para os fins que o comprador tiver por convenientes, no respeito pelas prescrições urbanísticas do Plano Director Municipal de Soure.
- 2- O prédio localiza-se no interior do perímetro urbano do lugar das Malhadas.
- 3- O direito de propriedade será adjudicado com o imóvel tal como se encontra no momento da adjudicação, sendo da inteira responsabilidade do adquirente efectuar os trabalhos necessários á concretização de eventuais operações urbanísticas, e mediante a apresentação de projectos previamente aprovados e licenciados, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 3º Regime da adjudicação

- 1- O direito de propriedade do prédio será adjudicado em propriedade plena a entidades privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras, mediante procedimento público de alienação, na modalidade de hasta pública.
- 2- O imóvel é adjudicado a quem tiver oferecido o preço mais elevado, devendo o adjudicatário depositar no acto da arrematação 25% do valor da mesma.

Artigo 4º Acto público de hasta pública

- 1- O acto público de hasta pública realizar-se-á na hora, data e local a fixar posteriormente em edital.
- 2- A arrematação em hasta pública decorrerá perante uma comissão nomeada para o efeito, constituída por três membros efectivos e dois suplentes, sem prejuízo de, por razões logísticas ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros funcionários municipais ou de, em caso de falta ou impedimento de qualquer dos membros efectivos, o presidente da comissão designar substituto.
- 3- Os elementos que integram a comissão são:
 1. Presidente: Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, Vereador;
 2. Vogal: Engº Mário Monteiro, Chefe de Divisão;
 3. Vogal: Dr. Gil António Contente Soares, Técnico Superior;

Suplentes:

1. Dr. Ivo Gil Antunes Martins da Costa, Técnico Superior;
2. Dr. Fernando Alfeu Foja de Oliveira Cavacas, Técnico Superior.

Artigo 5º

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

Praça

- 1-** A praça inicia-se quando o presidente da comissão declarar aberta a hasta pública para cada um dos prédios, passando-se de seguida á abertura das propostas recebidas, havendo lugar a licitação a partir da proposta de valor mais elevado ou, se não existirem, a partir do valor base de licitação anunciada.
- 2-** Podem intervir na praça os interessados ou os seus representantes, devidamente identificados e, no caso de pessoas colectivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar.
- 3-** O valor do lanço mínimo é de 250,00 euros.
- 4-** As licitações serão efectuadas durante um período de 15 minutos.
- 5-** A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.
- 6-** Se não tiver havido apresentação de propostas válidas, nem licitação, o imóvel pode ser adjudicado a quem, no acto da praça, fizer a melhor oferta do preço, não inferior à base de licitação. No caso de desistência ou de não pagamento do preço de licitação, a comissão poderá adjudicar o bem a quem tenha oferecido lanço de montante imediatamente inferior.

Artigo 6º

Das condições gerais de adjudicação

- 1-** A adjudicação do prédio será feita por procedimento público, mediante apresentação de proposta em carta fechada e seguindo a modalidade de hasta pública.
- 2-** As propostas recebidas serão abertas, em acto público realizado no dia e hora da respectiva praça, procedendo a Comissão à sua análise formal.
- 3-** O preço base de licitação será de 13.312,50 euros.
- 4-** Terminada a licitação, a comissão adjudica provisoriamente o correspondente prédio a quem tenha oferecido o preço mais elevado.
- 5-** No caso do adjudicatário ter apresentado proposta, deverá proceder ao pagamento da diferença entre o valor do cheque que acompanhou a proposta e 25% do valor da adjudicação.
- 6-** No final da praça, é elaborado auto de arrematação provisório que será assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório, se estiver presente.

Artigo 7º

Apresentação e instrução das propostas

- 1-** Podem apresentar propostas concorrentes, nacionais ou estrangeiros, que possuam a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e a Administração Fiscal.
- 2-** As propostas a apresentar no prazo a fixar em edital, deverão indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base da licitação.

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

3- As propostas serão instruídas com cheque à ordem do Município de Soure, no valor de 25% da proposta apresentada, o qual terá a função de caução e será devolvido, no acto público, aos concorrentes preteridos.

4- Serão excluídas as propostas que:

- a) O valor da arrematação proposta seja inferior ao preço base de licitação;
- b) Não sejam instruídas com os documentos de apresentação obrigatória previstos no nº 3 antecedente.

5- As propostas, instruídas com os documentos acima referidos, devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o proponente e o imóvel a que respeita, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Soure, podendo ser entregues na Secção de Expediente Geral e Arquivo (SEGA) durante o período normal de funcionamento (09h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h00) ou enviadas por correio, sob registo.

**CAPÍTULO II
Obrigações do Adjudicatário**

**Artigo 8º
Impostos e encargos devidos**

- Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), salvo se dele estiverem isentos;
- Imposto de Selo de 0,8% sobre o preço da arrematação e encargos decorrentes da celebração da escritura de compra e venda.

**CAPÍTULO III
Do Contrato**

**Artigo 9º
Prazo e condições de pagamento**

- 1-** Será depositada no acto de arrematação a quantia correspondente a 25% do valor da mesma.
- 2-** O contrato promessa de compra e venda será outorgado no prazo de 30 dias a contar da adjudicação definitiva, com o pagamento de 25% do valor da arrematação.
- 3-** O contrato de compra e venda (escritura) será celebrado no prazo de 60 dias a contar do recebimento da notificação da adjudicação, com o pagamento dos restantes 50% do valor da adjudicação.

**CAPÍTULO IV
Disposições finais**

Artigo 10º

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012**

Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação das presentes normas disciplinadoras serão resolvidas pela Entidade Adjudicante, com observância da legislação em vigor, e subsidiariamente na área da contratação pública.

Soure, 31 de Agosto de 2012

e

Assunto: Antiga escola do 1º CEB de Malhadas

. *Atribuição de Valor.*

De acordo com solicitação superior, procedeu-se à avaliação do prédio urbano constituído por um edifício escolar onde, até à pouco tempo funcionou a escola do 1º CEB de Malhadas, freguesia de Pombalinho e respetivo espaço circundante, delimitado por muros de vedação.

O prédio localiza-se no interior do perímetro urbano do lugar.

O método utilizado foi o do custo do terreno adicionado do custo de construção, tendo em conta o atual estado do edifício, respetivas infraestruturas, muros adjacentes e toda a envolvente.

A determinação do valor do prédio está ilustrada no quadro seguinte:

prédio		terreno			construção		
designação	valor (€)	p.u. (€)	área (m2)	valor (€)	p.u. (€)	área (m2)	valor (€)
Escola Malhadas	13.312,50 €	2,50 €	1200	3.000,00 €	125,00 €	82,5	10.312,50 €

Assim, o valor atribuído ao prédio urbano em causa, com os anteriores pressupostos, é de **13.312,50 Euros**.

À consideração superior.

(O chefe de D.O.P.M Mário Monteiro, Eng. Civil)

2012-08-03

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Alienação em Hasta Pública do Prédio Urbano situado em Malhadas, Freguesia de Pombalinho (artigo n.º 931), conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 19. DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)

- . **Contrato de Empréstimo no Âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)**

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012***

- Aferição Anual de Objectivos Contratuais

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 20. REDE DE GÁS NATURAL

- Execução de Ramais Domiciliários

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos.----

**Ponto 21. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL POR FACTOS ILÍCITOS
. Reclamação**

Assunto: Responsabilidade Civil Extracontratual por factos ilícitos.

- Reclamação de Acidente

. António José Pereira Brito Da Costa

Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-nos informar:

Através do requerimento com o registo de entrada nº 9564, o Senhor António José Pereira Brito Da Costa, residente na Rua do Requeixo, S/N, Casalinhos, freguesia e concelho de Soure, vem requerer o pagamento de indemnização, em virtude de danos sofridos na sua viatura automóvel, marca Peugeot, modelo 308, na sequência de um acidente ocorrido, no dia 12/07/2012, no parque Multiusus “Espaço 1111”.

De acordo com o requerente, os danos provocados ao seu automóvel resultaram do mau estado do pavimento, designadamente devido à existência de duas grelhas fora do sítio e zonas sem lancil, assim como, à falta de sinalização.

Consultados os serviços técnicos, estes informam que as fotos anexas ao requerimento correspondem à realidade descrita na reclamação.

Com base no relato do sinistrado, na informação dos Serviços Técnicos e nos restantes elementos juntos ao processo (fotografias), consideram-se provados os seguintes factos:

- A zona de estacionamento em causa é municipal;
- As duas grelhas não se encontravam devidamente colocadas;
- O pavimento naquele local encontrava-se degradado;

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

- O automóvel sofreu danos ao nível da embaladeira, cuja reparação importa em €184,50, conforme orçamento apresentado;
- Não existia sinalização a informar da existência de grelhas soltas ou da falta de lancil naquela zona de estacionamento;

DO DIREITO:

Importa então a análise deste caso, no âmbito do regime jurídico que rege a responsabilidade civil extracontratual da administração pública.

A responsabilidade civil extracontratual da administração funda-se na obrigação desta ressarcir os eventuais prejuízos causados aos particulares, e apresenta como pressupostos, no geral, os mesmos estatuídos na lei civil, a saber: o facto ilícito, culpa, dano e a causalidade entre o facto e o dano.

A estes pressupostos acrescem as especificidades que lhe são impostas pelo direito administrativo: *que haja um acto ilícito, praticado no exercício de funções públicas ou por causa delas, imputável a um órgão ou agente do estado, que origine um dano na esfera dos direitos ou interesses legalmente protegidos de terceiros e que entre este acto e o dano seja possível estabelecer um nexo de causalidade.*

Relativamente às fontes legais desta responsabilidade, importa, em primeiro lugar, uma referência à Constituição no seu artigo 22.º, sendo que no ordenamento infraconstitucional, encontra-se em vigor a Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro,

Neste regime jurídico a inovação é que passa a ser o Estado a demonstrar que não houve culpa e não o lesado a demonstrar que ela existe.

Quem tenha sofrido um dano não precisará de provar a existência de culpa, porque, caso seja demonstrada a existência de um acto ilícito, passa a presumir-se que existe culpa leve.

Assim a autarquia será civilmente responsável se se demonstrar que os seus órgãos ou agentes praticaram, por acção ou omissão, actos de gestão ilícitos no exercício das suas funções e que estes foram determinantes na produção dos danos.

ANÁLISE DO CASO:

Importa assim, no contexto do caso *sub judice* apurar se este Município praticou um acto ilícito, e se deste, cumulativamente resultaram directamente os danos reclamados, ou seja se infringiu alguns dos seus deveres legais ou regulamentares, ou ainda, se não cumpriu as regras de ordem técnica ou de prudência comum a que estava vinculado.

Ora a existência de um facto ilícito pressupõe *“desde logo, que haja um facto voluntário do agente, não um mero facto natural causador de danos, pois só o homem, como destinatário dos comandos emanados da lei, é capaz de violar direitos alheios ou de agir contra disposições legais”*¹

No plano legal cabe referir que, efectivamente, são competências dos órgãos municipais, nomeadamente da Câmara Municipal, gerir e realizar investimentos no domínio da rede viária de âmbito municipal, ruas e arruamentos e estruturas de apoio aos transportes rodoviários (Artigos 16º e 18 da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e artigo 64º n.º2 al. f)).

Deste modo a Câmara Municipal tem por obrigação providenciar pela manutenção e arranjo da sua rede viária e de outros equipamentos sob a sua jurisdição, mantendo-os em condições de serem utilizados com segurança.

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2012

A omissão de qualquer um destes deveres, manutenção e arranjo das vias de comunicação sob sua jurisdição, ou respectiva sinalização de obstáculos e obras, tal como está obrigada a Câmara Municipal de Soure no âmbito das suas competências, implica a prática de um facto ilícito, por omissão, que se constituem na inexecução de uma obrigação de agir, da qual pode derivar responsabilidade civil para aquela.

Nestas situações funciona a presunção de culpa leve acima mencionada e a obrigação de indemnizar por parte das entidades públicas, só existe quando se encontre provado a causalidade entre o facto e o dano.

Considerando o relato dos factos, o tipo de danos sofridos no veículo e o teor da informação dos serviços da Câmara, não restam dúvidas que a circunstância apontada foi causa adequada dos danos provocados na viatura da reclamante.

Efectivamente, a existência de grelhas mal colocadas e soltas e a ausência de fixação de lancil nalgumas zonas, constituiu um perigo para quem utiliza aquele espaço para estacionamento.

A Câmara Municipal de Soure ao não proceder à reparação ou sinalização do mesmo, tal como estava obrigada, praticou facto ilícito, por omissão, o qual posteriormente deu causa a um acidente.

Se não fosse esta conduta, provavelmente os danos não teriam tido lugar pelo que existe nexo de causalidade.

Esta conduta culposa, ainda que sob a forma da negligência, constitui a Câmara Municipal de Soure na obrigação de indemnizar os prejuízos resultantes do acidente, nos termos do disposto nos artigos 483º e seguintes do Código Civil.

CONCLUSÃO

Pelo acima exposto, somos de parecer de deferir a pretensão indemnizatória requerida pelo lesado.

Assim, deve o Município de Soure indemnizar o lesado pelos danos sofridos no seu veículo, no valor de €184,50, conforme orçamento apresentado.

Considerando o valor da despesa a efectuar, a autorização para a sua realização é uma competência própria do Presidente da Câmara, nos termos da alínea g) do n.º1 do artigo 68º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro.

O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)

20-08-2012

¹⁾
Anotação ao artigo 483º do Código Civil in Código Civil Anotado, Pires de Lima e Antunes Varela, Coimbra Editora, 1987

Despacho:

Ao D.O.U.

Ao c/Sr. Chefe de Divisão, Eng.º Mário Monteiro,
p/avaliação imediata do Espaço Multiusos "Soure 1111"
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)

21.08.2012

Ao DAGFRH

⇒ Ao c/Ivo Costa, Dr.

Proceda-se em conformidade com o recomendado
na "Conclusão" da informação Infra.

À Reunião de Câmara.

*16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2012*

(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)
2012.08.21

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 22. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

22.1. Reorganização dos Serviços de Saúde

Foi tomado conhecimento.-----

22.2. Relatório de Avaliação das Fundações

Foi tomado conhecimento.-----

22.3. Lei N.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, Decreto-Lei N.º 127/2012, de 21 de Junho,
Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso
- Inconstitucionalidade

Foi tomado conhecimento.-----